

UMA ESTRADA NO GUAPORÉ AMEAÇA A NAÇÃO NAMBIQUARA

Memélia Moreira

A mudança no traçado da BR-364, estrada que liga Cuiabá a Porto Velho, ameaça mais uma vez a nação nambiquara, grupo que vive no Vale do rio Guaporé, entre o Estado de Mato Grosso e Território de Rondônia. Esta denúncia foi feita pela Comissão Pró-Índio de Mato Grosso. A comissão acusa ainda as grandes empresas agropecuárias instaladas na região de pressionarem o Ministério dos Transportes para que altere o traçado.

Originalmente esta estrada atravessa a Chapadã dos Parecis. Com a alteração, ela entra pelo vale do Guaporé atingindo pelo menos cinco subgrupos nambiquara: sararé, wasusu, alantesu, waixsu e alakatesu, sendo que a área dos waixsu será completamente invadida.

Além deste grave problema que poderá implicar em mais uma transferência de alguns grupos nambiquara, os índios estão sofrendo também uma série de ameaças de morte dos fazendeiros Mário Marimoto, deputado federal pelo PDS-SP e De Lucca. Estas perseguições são orientadas contra os índios mamaendé — outro subgrupo nambiquara — e ao fe do posto indígena. Entre as diferentes formas de ameaça já colocadas em prática, encontra-se a destruição das malocas dos índios Fifano, do capitão Pedro, José e Luis. Capatazes dos fazendeiros atearam fogo contra as malocas, "colocando em total insegurança a família mamaendé", diz a comissão pró-índio.

Esta situação de pré-conflito entre mamaendé e brancos decorre de transferências anteriores sofridas pela nação nambiquara que desde o início da década de 70 vem sendo removida de seu habitat tradicional e em suas terras 22 empresas agropecuárias foram instaladas.

Para garantir a sobrevivência dos nambiquara, a Funai já recebeu diferentes propostas de reserva, entre elas as dos antropólogos David Price, que por muitos anos estudou este grupo e do antropólogo Noraldino Cruvinel, funcionário da Funai. A proposta mais recente encomendada pelo órgão tutor é da antropóloga Ana Maria Lange. Em todos os relatórios e levantamentos feitos sobre os nambiquara, há uma constante: a área para a qual eles foram transferidos a partir da década de 70 não satisfaz as necessidades básicas dos índios, uma vez que são sempre áreas pobres, sem condições de plantio. As transferências foram feitas a partir de certidões negativas expedidas pela Funai entre 1968,

com o presidente Queiróz Campos até 1976, pelo presidente Ismarth de Araújo, que expediu certidão negativa para o fazendeiro Hêlio Pereira de Moraes, que realizou desmatamentos nas áreas tradicionais dos nambiquara, como atestam documentos da própria Funai.

O grupo indígena nambiquara é composto por uma série de subgrupos que falam dialetos do mesmo tronco linguístico, que se divide em pelo menos três línguas, mas compreensíveis entre elas. Todos os grupos desta nação contam com a mesma organização político-social, mantendo relações entre si. Entre estes grupos encontra-se: no vale do Guaporé — sararé, wasusu, alantesu, waixsu, hahaintesu, nantesu; na Serra dos Parecis: sawantesu, halotesu, wakalitesu, kithawihu; na Serra do Norte: niyalhosu, siwayhsu e hinkatesu; nambiquara do norte: mamaindé, nekarettu, tawante e yalankutá. Há ainda os saba né e massacá.

No momento a população total dos nambiquara é de 628 indivíduos, mas no início do século, segundo os historiadores, a nação contava com aproximadamente dez mil índios. Os sararé, por exemplo, estão reduzidos a 39 sobreviventes e sob ameaça de extermínio total caso a variante da BR-364 seja construída dentro de suas terras.

Na época do contato os nambiquara ocupavam terras que se estendem desde o Vale do Jurueña ao Vale do Guaporé e desde o rio da Comemoração, afluente do Ji-Paraná ao rio Verde, afluente do Jurueña. Esta ocupação corresponde a uma área muito maior do que o atual território destinado aos nambiquara, pois no momento, diante da expansão da sociedade nacional, estes índios se refugiaram em áreas do Vale do Guaporé e nos cerrados que se estendem ao norte da BR-364, em 24 aldeias, espalhadas por cinco milhões de hectares.

Há aproximadamente 60 anos, o marechal Rondon manteve os primeiros contatos com este grupo, durante os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas Mato Grosso — Amazonas. Outros grupos, como os da aldeia Serra Azul, somente foram contactados quando da exploração da seringa, na época da II Guerra Mundial.

Todos os contatos mantidos pelos nambiquara, com exceção do realizado com a Comissão Rondon, foram sempre desordenados e desrespeitando os costumes e tradições do grupo. Antes de

Rondon eles conheceram os escravos do quilombo Aldeia Carlota, no século XVIII, que raptavam as índias para serem suas mulheres. Em seguida chegaram os poiaeiros (extratores de ipecacuanha), seringueiros, e nos últimos dez anos, os peões que constroem as estradas e os peões das fazendas que ocupam a terra nambiquara.

Na época da exploração da borracha, um convênio entre o extinto Serviço de Proteção aos Índios e a Rubber Development Corporation obrigou estes índios a extraírem a seringa num regime de escravidão, pois não há qualquer informação sobre os salários que deveriam ser pagos a estes índios.

A situação de semi-escravidão permanece até hoje no Posto Indígena Nambiquara (antigo PI Pirineus de Souza) porque atualmente eles trabalham num seringal denominado "seringal do Faustino", ou em algumas fazendas que lá estão instaladas.

Mas o declínio da nação nambiquara começou a se acelerar a partir de 1968 quando, no dia oito de outubro de 1968 o então presidente da Funai, Queiróz Campos, assina o Decreto 63.368 criando a

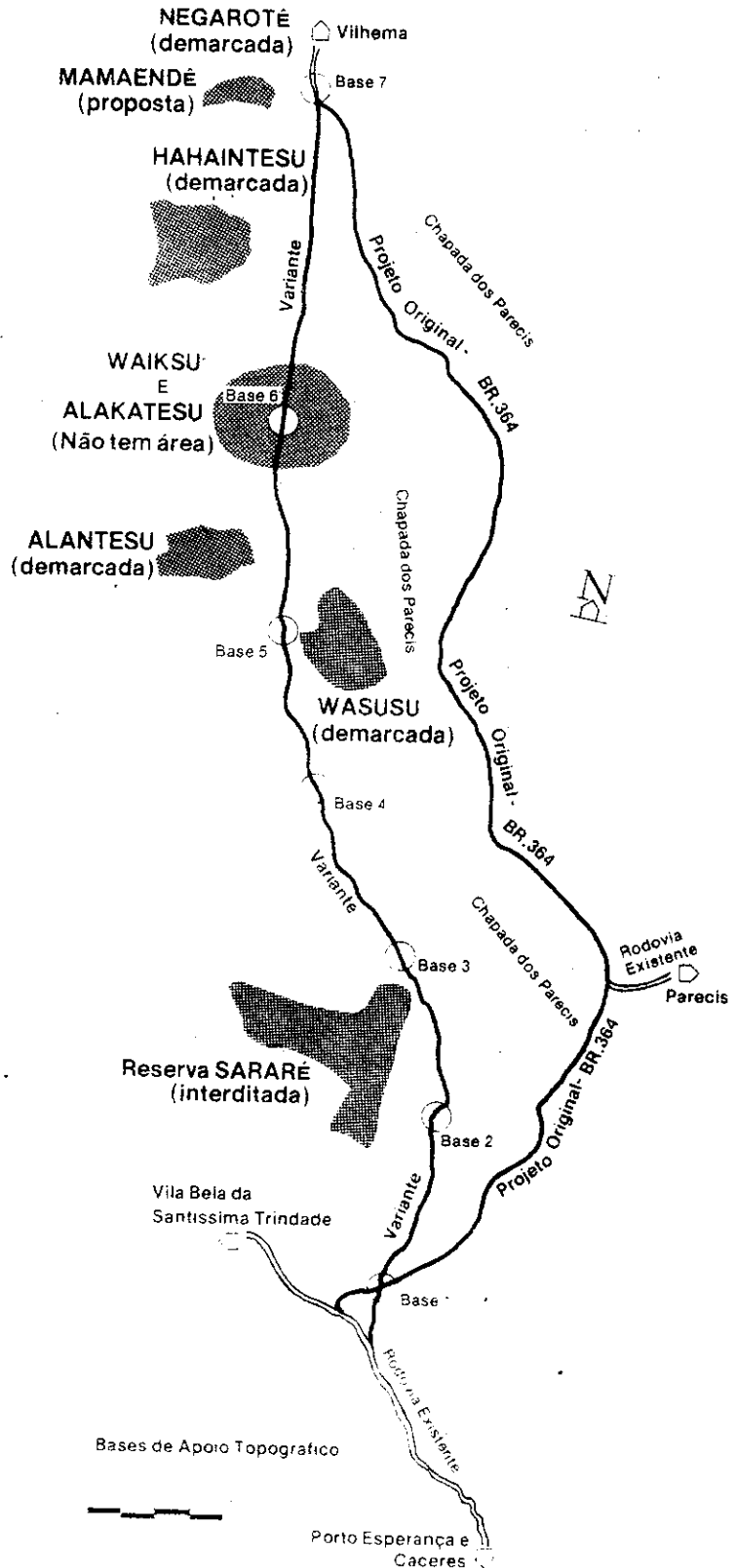
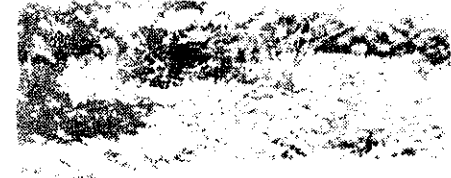
Reserva Indígena Nambiquara, que foi planejada com informações tão inadequadas, diz o antropólogo David Price, "que chega a mencionar acidentes geográficos não existentes". Esta reserva destinada aos nambiquara é composta "das piores terras de toda a área tradicionalmente ocupada pelos índios e engloba apenas duas de suas aldeias".

O escândalo da criação desta reserva foi tão grande e tão evidente que o substituto de Queiróz Campos, o general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello chegou mesmo a afirmar, durante uma entrevista, que "a terra é tão ruim que lá não nasce nem minhoca".

A demarcação originou uma reserva absurda, englobando pouco mais de dez por cento da população nambiquara, a maior parte do grupo indígena permanecia no Vale do Guaporé, já naquela época completamente invadido pelas empresas agropecuárias que haviam recebido certidão negativa da Funai. Os desmatamentos realizados por estas empresas, atesta David Price, "afugentaram a caça, alimentação básica daqueles índios, e os privaram da coleta do mel e frutos silvestres, levando-os a tal situação de subnutrição e miséria que, se levava a temer pela extinção completa daqueles grupos".

Eles ainda não tiveram tempo de entender quem são os brancos, e agora vão sofrer mais uma agressão: uma estrada de 400 quilômetros (a variante da BR-364, Cuiabá-Porto Velho) está entrando em seu território.

Contra esta estrada os argumentos racionais de respeito à cultura indígena esbarram nos interesses de algumas das 22 empresas agropecuárias instaladas na terra da nação nambiquara. Muitos deles ainda não têm reserva demarcada e podem entrar na lista dos grupos em extermínio. A BR-364, como a Transamazônica, a BR-174, a Perimetral Norte, é mais uma estrada que ameaça um grupo que até o começo do século contava com 10 mil indivíduos e hoje são apenas 628.



No desmatamento os fazendeiros usaram agentes desfolhantes como por exemplo o Tordon (da Dow) que nas explicações contidas na lata alertam: "Sendo o Tordon e o 2,4 D herbicidas de alta eficiência, quantidades mínimas podem causar danos muito sérios em espécies suscetíveis... O herbicida não deve entrar em contato com água usada para irrigação, água potável ou usada para fins domésticos. Não deve ser armazenado perto de alimentos, rações, fertilizantes, sementes, inseticidas..."

A desnutrição, o desânimo e a mendicância foram os primeiros resultados provocados pela perda da terra em benefício das agropecuárias. Com isso, a Funai fez nova tentativa de achar uma solução para estes índios, promovendo uma ampliação da reserva. Em 1973 foi assinado o decreto ampliando a reserva e simultaneamente a Funai tentaria convencer os índios, que insistiam em permanecer no seu Habitat natural (o Vale do Guaporé) para ficarem dentro da reserva.

As tentativas de transferência fracassaram, pois um ano depois quando se pensava que eles haviam aceita a transferência, dois grupos (wasusu e alantesu) retornaram ao local de origem, depois que descobriram que as terras da reserva não eram adequadas para suas atividades agrícolas: cultivo de milho, mandioca, alimentos básicos da dieta nambiquara.

Ao tomar conhecimento da resistência deste grupo indígena, a Funai decidiu interditar uma área e para lá transportou dois pequenos grupos, os hahaintesu e wausu. Pouco depois os indivíduos destes grupos abandonaram a área interdita, reclamando que não havia areia fina, considerada pelos nambiquara como ideal para dormir. Além disso se queixavam do excesso de pedra existente.

Qualquer tentativa por parte da Funai de transferir os nambiquara para a área interdita, ao sul de Rondônia, cassou. Em dezembro de 1974 um grupo wausu foi mudado para o Sararé. Este grupo permaneceu alguns meses no Sararé e depois foram levados para Vila Bela, por se encontrarem doentes. No princípio de 1976 este grupo começa o caminho de volta, e por seus próprios meios regressam às terras tradicionais.

Preocupada com o fato concreto apresentado pelos índios que mostravam não querer sair do Vale do Guaporé, a Funai contratou o professor Pedro Agostinho Neto, professor da Universidade Federal da Bahia para avaliar o projeto nambiquara. Em seguida promoveu uma reunião com diferentes antropólogos, muitos dos quais de renome internacional (entre eles David Price e Kenneth Taylor), que chegaram à seguinte conclusão: deveria ser paralisada a expansão das fazendas, através de contestação jurídica de posse por parte dos donos de terra que, tradicionalmente pertencem aos índios; e lutar pela defesa da área interdita, a fim de possibilitar a transferência dos índios, possibilitando-lhes viver num território contínuo.

Embora tenha tido o cuidado com todos os problemas envolvendo os nambiquaras a Funai não atingiu seus objetivos no sentido de defender as propostas em virtude das pressões políticas e econômicas dos invasores do Vale do Guaporé. A área interdita foi posta sub iudice e os fazendeiros, para tes-

temunhar inocência no caso, apresentam as criminosas certidões negativas expedidas pela Funai durante mais de oito anos.

A incapacidade, tanto de sustentar a área interdita, efetivando a mudança dos índios, como ocupar a área, acarretou ao grupo manairusu uma triste situação de miséria, pior ainda do que antes da interdição.

Como os Yanomami, os Nambiquara ocupam parte dos arquivos da Funai, dada a quantidade de propostas para solucionar seus problemas. As propostas variam desde a defesa completa do território-guardando as devidas proporções, pois antes dos brancos eles percorriam livremente quase 50 milhões de hectares até propostas "inviáveis", que foram pedidos ao antropólogo Noraldino Cruvinel, pela presidência da Funai em 1976.

O argumento usado pela Funai para que o antropólogo apresentasse propostas "viáveis" e "inviáveis" foi o seguinte: as alternativas viáveis possibilitariam a demarcação e as inviáveis convenceriam os fazendeiros de suas inadequações. O antropólogo apresentou as propostas e foi escolhida a proposta numa escala de 6 a zero de mais para menos - a quinta "viável".

Esta alternativa traduzia-se pelas seguintes vantagens: área suficiente para instalação de todas as aldeias, sendo que sete delas encontram-se já instaladas a fazem parte do território tradicional. Além disso esta proposta englobava terras férteis, propícias a agricultura e com ela diminuiriam os perigos de atrito com os peões das fazendas. As vantagens desta proposta são:

mudança de três aldeias, dificuldade de assistência por parte da Funai devido à falta de acesso, dificuldade de contato entre as aldeias, porque entre elas haveria as fazendas, e dificuldade para o controle da poluição das fontes de água, atingidas pelos agentes desfolhantes usados pelos fazendeiros.

Esta proposta, como as demais, não foi aceita e em 1978 novo grupo de trabalho é enviado à área para eleger um território para os grupos nambiquara. O grupo apresentou uma proposta que não atendia aos interesses dos índios pois não garantia a sobrevivência cultural, e, mesmo consciente desta limitação, a sugestão foi acolhida, porque seria uma das últimas alternativas contra a expansão das empresas agropecuárias. Em dezembro de 1978 deu-se início ao processo demarcatório que atenderia aos grupos alantesu, hahaintesu, negaroté e wasusu.

A área destinada aos hahaintesu teve seus limites alterados por pressão dos grupos econômicos: Confap, Conguape e Cofap. Em vez de terem 240 mil hectares, os hahaintesu perderam cinco mil, e sua reserva, como a dos demais grupos, foi diminuída pela imposição dos fazendeiros.

Nesta proposta os grupos alakatesu e wausu não receberam um hectare sequer e o território destes índios foi invadido e ocupado sistematicamente. Muitas das empresas invasoras apresentam as famosas certidões negativas da Funai. Uma destas certidões, concedida em 1974, e que não foi aceita pelos técnicos consultados recebeu deferimento da Funai com base num parecer da secretaria da Presidência.

O dono desta fazenda, Hélio Pereira de Moraes que tem 400 peões a seu serviço, derrubou a mata nas proximidades de uma aldeia, empurrando os índios para um pequeno pedaço de terra onde não há condições de roça. Este não é o único problema enfrentado pelos índios. Há ainda ameaças de morte contra o índio Maurício, além do espancamento sofrido por Joãozinho.

A última proposta recebida pela Funai e que parece minorar os grandes males impostos aos nambiquara prevê a demarcação de 60 mil hectares para o grupo mamaendé, bem ao norte do Vale do Guaporé, 22.400 para os hahaintesu, dez mil para os alantesu, 12 mil para os wasusu. Desta proposta, algumas áreas já foram demarcadas, faltando apenas terras para os waikusu e alakatesu. A área total é de aproximadamente 150 mil hectares e antes de qualquer decisão da Funai, a área já se encontra ameaçada pela variante da BR-364 que vai cortar 400 quilômetros de território indígena.

Embora o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga tenha aceito, ela já começa a correr perigo, não apenas pelo corte da estrada como também pelas pressões dos fazendeiros. Vale lembrar que apesar do orçamento da Funai ter apresentado um índice de crescimento de cerca de 500%, os recursos são insuficientes para pagar as indenizações de apenas uma das empresas, como a Zillo-Lorenzetti.

A pressões dos grupos econômicos sobre as áreas indígenas, tanto de Mato Grosso como de Rondônia, provocaram o afastamento do ex-presidente Adhemar Ribeiro da Silva. Estas pressões crescem a cada dia mais, traduzindo-se em declarações de secretários de Estado e deputados federais que acusaram a Funai de querer transformar Mato Grosso (ou Rondônia) em um feudo, quando na verdade, se a Funai cumprisse o programa de demarcação necessário à sobrevivência das nações indígenas brasileiras ela estaria, apenas, executando a política de defesa dos seus tutelados, função para a qual foi criada. Feudo, são as extensas áreas pertencentes a um só proprietário ou a um pequeno grupo, como existe no Vale do Guaporé, e não os pequenos limites de 150 mil hectares que podem salvar os últimos sobreviventes de uma nação.

A construção desta variante não apenas afeta o território físico dos índios como também ameaça alguns dos mitos dos nambiquara, que conferem às cavernas existentes na área, o significado de "morada sagrada dos espíritos". Estas cavernas serão destruídas para servirem de pavimentação asfáltica. No mito nambiquara há uma crença que pode ser transformada em verdade: "No dia em que os brancos descobrirem nosso mundo espiritual, o mundo acabará". Um fim do mundo que pode acontecer dentro de pouco tempo, pois este grupo não suportará mais transferências, doenças, espancamentos e razzias contra suas aldeias.